

Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades

Project ethical political from social work: limits and possibilities

ALESSIVÂNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO MOTA*



RESUMO – O objetivo deste estudo consiste em analisar a produção teórica e empírica do Serviço Social sobre o projeto ético político, referente às possibilidades e entraves encontrados para sua efetivação na prática profissional. Para tanto, foi realizada revisão de publicações científicas que abordavam essa temática no período entre 1999 e 2009, no banco de teses da CAPES, totalizando dezessete dissertações e cinco teses. Foram encontradas divergências entre publicações teóricas e empíricas. Enquanto o primeiro tipo de publicação apresentou um acentuado otimismo quanto à efetividade do projeto, o segundo tipo apresentou forte ênfase nos obstáculos à sua efetivação, tanto pelas condições socioeconômicas desfavoráveis, quanto pelo processo de profissionalização do Serviço Social. Entretanto, ambos apontam convergências quando se trata da necessidade de refletir sobre um projeto viável e não um projeto idealizado.

Palavras-chave – Projeto ético político. Serviço Social. Prática Profissional.

ABSTRACT – The aim of this study is to examine the theoretical and empirical Social Work about the ethical and political project, referring to the possibilities and obstacles faced for its implementation in practice. To this end, we reviewed scientific publications that addressed this issue in the period between 1999 and 2009 in the CAPES theses database, totaling seventeen dissertations and five theses. Discrepancies were found between theoretical and empirical publications. While the first type of publication presented a strong optimism about the effectiveness of the project, the second type has a strong emphasis on obstacles to its realization, both by the unfavorable socioeconomic conditions, as the process of professionalization of social services. However, both show similarities when it comes to the need to think about a project viable and not a idealized project.

Keywords – Project ethical political. Social Work. Professional practice.

* Assistente Social, Especialista em Saúde Coletiva, mestranda em Psicologia Social e do Trabalho pela UFBA, Salvador – BA, Brasil. E-mail: alessivania@hotmail.com
Submetido em: dezembro/2010. Aprovado em: maio/2011.

Historiando o Projeto Ético Político

Nos últimos trinta anos, os Assistentes Sociais têm sido demandados ao desenvolvimento de um exercício profissional direcionado à construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero, através de posicionamentos radicalmente favoráveis à consolidação da democracia, conforme preconizado pelo “arsenal” técnico, legal, teórico e metodológico, conhecido como “Projeto Ético Político do Serviço Social”. O projeto tornou-se ao longo deste período, tema recorrente e transversal em parte significativa da produção literária, acadêmica e científica da profissão, além de estabelecer-se como pauta obrigatória nos espaços de debates, intervenções e discussões coletivas.

O décimo terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – XIII CBAS – realizado no segundo semestre de ano de dois mil e dez, apresentou aproximadamente cento e oitenta trabalhos com temas relacionado ao Projeto Ético Político. Esse número correspondeu a vinte e cinco por cento (25%) dos trabalhos inscritos. Os demais trabalhos apresentados estavam distribuídos em temáticas relacionadas à seguridade social, políticas públicas, saúde mental, etc. nenhuma destas, entretanto, alcançou o percentual descrito acima (CFESS, 2010)

O projeto profissional do Serviço Social, amplamente divulgado e conhecido como Projeto Ético Político tem suas origens registradas por Silva (2002) entre o final da década de setenta e início dos anos oitenta do século passado, a partir de uma crescente recusa e crítica dos profissionais aos métodos conservadores e tradicionais utilizados na prática profissional. Estes métodos, reproduzidos das escolas europeias e americanas – base de formação técnica dos primeiros profissionais – eram tidos como distanciados da realidade brasileira e mantenedores do *status quo*. A difusão do projeto tem sido executada principalmente pelas instâncias produtoras de conhecimentos no Serviço Social (Graduação, Pós-Graduação, Centros de Pesquisa, Grupos de Discussão etc.) pelas instâncias político-organizativas da profissão (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, Sindicatos e Associações) e pelo arcabouço jurídico-político (conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados à aplicação) sejam estes exclusivos da profissão ou provenientes das legislações gerais que subsidiam a intervenção profissional.

Foi durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 1979 em São Paulo, conhecido como o “Congresso da Virada”, que os profissionais legitimaram uma nova direcionalidade ética, teórica e prática à profissão. Segundo Guerra (2009) foi a partir desse Congresso que se dispararam os seguintes processos de mudança no Serviço Social: (1) ampliação e laicização da profissão; (2) vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; (3) inserção acadêmica e científica da profissão; (4) militância política na profissão contra a ditadura; (5) criação de uma proposta metodológica de trabalho; (6) desenvolvimento das entidades organizativas da profissão – conselhos regionais e o conselho federal (7) mudança no perfil profissional.

Silva (2002) refere que o desenvolvimento do projeto, só ocorrerá, entretanto, na década de noventa, após um acúmulo significativo de mudanças incorporadas pelas bases de formação e atuação do Serviço Social, além de um cenário social favorável à sua implementação, motivado pelo final da ditadura e início da democracia. Estas mudanças compreenderam o redimensionamento do ensino através da introdução de conteúdos que pretendiam formar profissionais mais capacitados para responder às demandas locais, a ressignificação nas modalidades prático-interventivas tradicionais, incorporação de matrizes teóricas e metodológicas de natureza crítica, inspiradas na tradição marxista, introdução de novas áreas e campos de intervenção, restauração democrática da sociedade brasileira, conquista de direitos cívicos e sociais e implantação das diversas políticas públicas. Entretanto, o cenário macro econômico que se desenvolve neste período, caracterizado pelo neoliberalismo, demarcou uma forte retração ao desenvolvimento do projeto sendo sobreposto pela supremacia do mercado e consumo, o individualismo possessivo, a lógica contábil e financeira que se impuseram às necessidades e direitos humanos e sociais, produzindo e reproduzindo as desigualdades decorrentes dos processos de concentração de renda terra, poder, ciência e cultura (IAMAMOTTO, 2009).

Passados trinta anos, as diversas produções científicas sobre o tema apontam vários questionamentos sobre sua efetividade ante as desfavoráveis condições sociais e econômicas bem como os empecilhos provenientes do processo de desenvolvimento profissional. Segundo Lopes (2009), ainda que não tenha sido feita uma pesquisa específica sobre os efeitos das transformações contemporâneas sob a égide do projeto nestes 30 anos, é possível visualizar fortes dilemas significativos à sua hegemonia e efetividade no interior da profissão. Barata (2009) tem sido mais contundente ao questionar se é possível um projeto ético político balizar a formação e o exercício dos profissionais ou “tratar-se-ia na verdade de uma pretensão imprecisa, duvidosa, de incipiente clareza, que se expressa mais com uma frase de muito efeito e de pouca consistência” (p. 13).

É neste cenário de contradições e tensões que se inserem os desafios postos ao profissional de Serviço Social na atualidade: o confronto com o contexto de um sistema produtivo e social excludente e a demanda para uma atuação que vise à alteração desse *status quo*. Dessa forma, o objetivo deste artigo consiste em analisar a produção teórica e empírica do serviço social sobre o projeto ético político, referente às possibilidades e entraves encontrados para sua efetivação na prática profissional.

Elementos configurativos do projeto profissional

A palavra projeto significa estudo, ideia ou projeção de uma proposta a ser realizada, que surge como resposta a problemas de naturezas diversas. Para que um projeto apresente os resultados esperados, precisa estabelecer resultados factíveis, definir parâmetros avaliativos e principalmente atender os requisitos das partes envolvidas. Podem envolver uma única pessoa, quanto pode requerer milhares delas. Podem necessitar de pouco tempo para execução e legitimação quanto pode ser necessário um tempo imensurável para alcançar o êxito esperado.

Os projetos profissionais (considerado pela Sociologia das Profissões um dos requisitos essenciais para existência das profissões) tendem a vincular-se fortemente a determinados projetos societários – explicitação de interesses e propostas de um determinado conjunto da sociedade – apresentando um “corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo, requerendo um aprendizado formal e prolongado, uma orientação para as necessidades da sua clientela e um código de ética” (DINIZ, 2001, p. 20). Comportam ainda uma dimensão política que envolve relações de poder e uma concorrência entre diferentes projetos profissionais.

Segundo Netto (2001), um dos primeiros autores a escrever sobre o tema do projeto ético político do Serviço Social, nesse constructo encontra-se refletida a autoimagem da profissão, construída a partir da projeção coletiva dos diversos segmentos profissionais, materializada através de um conjunto de componentes legais, técnicos e éticos que buscam constantemente uma direção para o fazer profissional. Essa direcionalidade, entretanto, encontra-se intimamente relacionadas às ações profissionais, consideradas as mais importantes formas de efetivação do projeto, podendo haver um favorecimento ou não da consolidação dos princípios norteadores do projeto.

O autor sinaliza também que, em sua concepção, o projeto adota princípios e valores baseados no reconhecimento da liberdade, no reconhecimento da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros princípios e valores que aparecem elencados em várias publicações e documentos normativos do Serviço Social.

Para Teixeira e Braz (2009) esses princípios e valores, associados a outros três componentes imprimiriam uma perspectiva concreta e aplicável do projeto ético político no exercício profissional. Os componentes estariam compostos pela:

- Produção do conhecimento de Serviço Social – onde estão sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão além de apresentarem os processos reflexivos do fazer profissional, especulativos, prospectivos e combativos. Estão representados pelos trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, dissertações, teses, livros, grupos de discussão e pesquisa, etc.
- Instâncias político-organizativas da profissão – constituídas pelas organizações profissionais, organizações sindicais e estudantis onde podem ser conformadas, reformuladas e reafirmadas, as características gerais do projeto. Estão aqui inseridos o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, os sindicatos dos Assistentes Sociais, a ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e as diversas outras associações.
- Dimensão jurídico-política – onde se encontra disposto o conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados para aplicação, sejam estes exclusivos da profissão a exemplo da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8742/1993) e Código de Ética Profissional – 1996) ou ainda as legislações gerais que subsidiam sobremaneira a intervenção profissional: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde, Estatuto do Idoso dentre outros.

O Assistente Social, quando intervém nas mais variadas expressões das questões sociais, expressa a partir de sua prática um posicionamento ético, político e técnico, supostamente orientado pelos componentes, princípios e valores do projeto, ainda que de forma inconsciente, buscando favorecer os interesses dos trabalhadores ou tentando mediar os interesses de ambos – trabalhador e empregador. Por isso é possível afirmar que a efetivação do projeto encontra-se principalmente atrelada ao conjunto de intervenções profissionais (ações de atendimento direto aos usuários, ações de mobilização, participação e controle social, ações de investigação, planejamento e gestão, ações de assessoria, qualificação e formação profissional), mesmo que este profissional atue isoladamente em seu espaço institucional.

A transformação destes componentes em guia efetivo e norteador do exercício profissional têm sido considerados como um dos maiores desafios à consolidação do projeto na atualidade. Seja pelo cenário socioeconômico desfavorável à execução do projeto tal como idealizado, seja pela necessidade constante de discussão e proposição dos princípios estabelecidos ou ainda pelas divergências profissionais internas.

Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico desse trabalho de revisão de literatura foi realizado a partir do banco de teses da CAPES, sendo selecionadas dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado cadastradas no período de 1999 a 2009. Nesse período foram encontrados o maior número de publicações referentes ao tema proposto nesse manuscrito. Foram encontrados cento e quarenta e nove trabalhos e selecionados vinte e dois, a partir do critério de priorização das publicações que apresentavam a discussão do projeto ético político como temática central. Foram analisados os resumos de dezessete dissertações e cinco teses. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa realizada na plataforma foram *Projeto Ético Político* e *Serviço Social*. Na Tabela 1 apresentamos a relação dos trabalhos selecionados:

Tabela1: Relação de teses e dissertações utilizadas na revisão de literatura

1. ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético-político profissional do Serviço Social*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2008.
2. AMORIN, A. G. (Org.). *Precarização e condições de trabalho dos assistentes sociais no contexto contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço, UFAL, AL, 2008.
3. ARALDI, E. M. *Apreensão teórico-crítica da categoria liberdade nas reflexões do Projeto Ético Político do Serviço Social contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2007.
4. ARAÚJO, A. P. *Análise das condições objetivas para efetivação do Projeto ético político do Serviço Social no espaço dos CRAS em João Pessoa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2008.
5. ASSIS, R. L. M. *Serviço Social e terceiro setor na construção e (des) construção do projeto ético-político profissional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
6. BRANDAO, T. B. *Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político da profissão*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2007.
7. BRESSAN, C. M. F. *Formação, emancipação humana e o Projeto Ético Político do Serviço Social*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, Minas Gerais 2009.
8. CARDOSO, P. F. G. *A hegemonia do projeto profissional na década de 90: questionar é preciso, aderir (não) é preciso*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.
9. HAYMUSSI, H. M. *Projeto profissional do Serviço Social vinculado à intenção de ruptura: inflexões e tensões que perpassam o contexto da prática profissional*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.
10. LIMA, T. C. S. *As ações socioeducativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006.
11. MARTINS, O. L. *O projeto ético político do Serviço Social: um processo de construção e direção social da vertente intenção de ruptura*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
12. MATOS, M. C. *O debate do Serviço Social na saúde década de 90: sua relação com o projeto ético político profissional e com o projeto da reforma sanitária*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
13. MENDONÇA, D. B. A. *Projeto Ético-Político e exercício profissional: o que se tem a dizer da atualidade dessa relação?* Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
14. OLIVEIRA, J. A. *O projeto ético-político do Serviço Social: um estudo entre mestrandos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.
15. OLIVEIRA, M. T. *As expressões e manifestações sobre o projeto ético político do Serviço Social no processo de trabalho do Assistente Social – Atuação do CRESS – 11ª. Região*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2002.
16. OLIVEIRA, S. B. *As interfaces do projeto ético-político do Serviço Social com a cultura de paz*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
17. PEIXOTO, V.B. *Projeto profissional do Serviço Social: as expressões da dimensão ético-político no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
18. PEREIRA, S. S. *O projeto ético político do Serviço Social no debate profissional: uma análise das produções apresentadas no XI CBAS sobre a particularidade da política de assistência social*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
19. RAMOS, S. R. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal do Serviço Social*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
20. RODRIGUES, J. A. *Serviço Social e Assistência Social: cidadania e projeto ético-político*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2002.
21. SEIXAS, S. S. A. *As expressões do projeto ético político profissional do Serviço Social e as particularidades do trabalho em empresa privada*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
22. SILVA, I. S. *As mediações do projeto ético político profissional do Serviço Social Contemporânea: o discurso de Marilda Villela Iamamoto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

Fonte: Banco de Teses CAPES, 2010.

A partir da análise dos resumos das Teses e Dissertações selecionadas, as informações foram classificadas a partir dos limites e possibilidades de efetivação do projeto. Os resultados serão apresentados na seção Resultados e Discussão com as seguintes denominações: Limitações do Projeto Ético Político na Atualidade e Possibilidades de Efetivação do Projeto. Para fins de contribuição e aprofundamento das análises realizadas nesse estudo, foram utilizados ao longo do trabalho, referenciais teóricos e empíricos de autores clássicos do Serviço Social que vem promovendo, a partir de suas produções, elementos para compreensão da temática proposta nessa revisão de literatura.

Resultados e discussão

Na análise dos resumos das teses e dissertações selecionadas, dezessete trabalhos foram realizados em Universidades Públicas distribuídas entre as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste do país. Os outros cinco trabalhos foram provenientes de Universidades particulares das regiões Sudeste e Sul. Observa-se que apesar das demais regiões do país disporem de cursos privados de pós-graduação em Serviço Social, não foram localizados trabalhos que discutissem esta temática. Vale ressaltar, entretanto, que na região Norte do país, apesar da existência de cursos de Serviço Social tanto em Universidade Pública quanto em instituições privadas, não foram localizados nenhum trabalho com a temática proposta nesse estudo.

Outro dado proveniente das análises refere-se à questão de gênero. Do total de publicações, dezessete foram realizadas por profissionais do sexo feminino e cinco produzidas por profissionais do sexo masculino. Estes números convergem com a distribuição nacional dos profissionais de Serviço Social, que são em sua maioria do sexo feminino, conforme pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social entre os anos de 1996 e 2005, cujo resultado apontou 97% dos profissionais do sexo feminino, contra apenas 3% do sexo masculino.

Dezesseis dos vinte e dois trabalhos pesquisados discutiam o projeto ético político em uma dimensão teórica e reflexiva, a partir de revisões bibliográficas. Os seis trabalhos subsequentes apresentavam suas discussões a partir de resultados de pesquisas empíricas realizadas com Assistentes Sociais em unidades de saúde, centros de referência de assistência social – CRAS, Faculdade de Serviço Social, Secretaria Municipal de Assistência Social, Organizações Não Governamentais, órgãos públicos e empresas privadas, cujas metodologias utilizadas foram entrevistas, questionários, observações e inserção etnográfica.

Os títulos dos trabalhos, em sua maioria, apresentavam questionamentos e direcionalidade voltados às possibilidades e entraves para a efetivação do projeto na atualidade, tais como: “Análise das condições objetivas para efetivação do Projeto...”, “[...] Inflexões e tensões que perpassam o contexto da prática profissional”, “A hegemonia do projeto profissional na década de 90: questionar é preciso, aderir (não) é preciso” e “Serviço Social e Terceiro Setor: construção e (des)construção do projeto ético-político profissional”. Essa característica interrogativa dos títulos pode ser reflexo dos incômodos, dúvidas e questionamentos compartilhados pela categoria profissional sobre as dificuldades de materialização dos princípios e valores definidos no constructo do Serviço Social neste período, marcado por condições sócio econômicas desfavoráveis e precarização do processo de profissionalização do Serviço Social.

Limitações do Projeto Ético Político na atualidade

Como dito anteriormente, do total de vinte e dois trabalhos seis foram desenvolvidos a partir de pesquisas empíricas realizadas em diversos campos de atuação profissional, apontando algumas dificuldades e questionamentos sobre a possibilidade de efetivação além do excesso de idealização do projeto. Observou-se que tanto as condições de trabalho quanto as relações sociais nas quais se inscrevem o Assistente Social, estão mediadas por um conjunto de fatores que tendem a interferir no

processo de trabalho, nos resultados individuais, nos resultados coletivamente projetados e principalmente na possibilidade de efetivação do projeto profissional.

Quanto às produções teóricas analisadas, as principais limitações apontadas para efetividade do projeto estão relacionadas às imposições neoliberais com reflexos sobre a intervenção profissional (minimização de direitos, separação entre o homem, seu trabalho e a riqueza socialmente produzida além do acirramento das desigualdades sociais), a falta de apropriação pelos Assistentes Sociais do significado do projeto e dos modos possíveis de sua materialização, a consideração do projeto como elemento utópico em busca de transformações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Um aspecto referente às condições de trabalho dos Assistentes Sociais encontra-se relacionada às transformações ocorridas no sistema de produção a partir dos anos noventa. Esse sistema até então ocorrido de forma seriada, em grande escala e sem grandes inovações, passa por um processo de retração produtiva, diminuição dos lucros, exigindo das empresas uma forte reestruturação do seu processo produtivo. Em relação aos trabalhadores, esta reestruturação produtiva se traduziu na flexibilidade das relações trabalhistas, na acentuada desresponsabilização das empresas quanto aos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados, fomento à heterogeneidade, fragilização das organizações sindicais e outras formas de lutas de classes, informalização do trabalhador, além do aumento significativo de desempregados provocando profundas modificações na razão social atribuída ao trabalho além da degradação das condições de saúde física e mental dos trabalhadores, dentre os quais se encontram os Assistentes Sociais.

Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social sobre o mercado de trabalho para os Assistentes Sociais, durante os anos de 1996 a 2005, os resultados apontaram que o emprego para esta categoria tem se tornado cada vez mais instável, com precárias garantias legais, baixos níveis salariais para uma jornada de trabalho relativamente alta, além da instabilidade em relação à permanência no emprego (AMORIN, 2008). Dessa forma, a busca de emancipação e plena expansão dos direitos sociais (um dos princípios do projeto ético político e sobre o qual o Assistente Social deve atuar) ficam comprometidas quando o profissional em sua inserção na instituição não consegue garanti-los inicialmente para si mesmo.

Outra dificuldade apontada nos trabalhos analisados refere-se ao processo de profissionalização do Serviço Social: a imprecisão conceitual da profissão (O que é mesmo e o quê faz o Serviço Social?), inexistência de um corpo de conhecimento específico, falta de atributos específicos e inteligíveis da profissão, disseminação de valores e princípios tais como a defesa da igualdade e direitos, que não são exclusivos da profissão. Estes e outros elementos podem ser algumas das fontes geradoras do vácuo entre o que propõe a profissão a partir do seu constructo ético político e o que efetivamente fazem os profissionais.

Cardoso (1999) em sua dissertação de Mestrado denominou esse vácuo como um “hiato profissional”. O hiato compreenderia a distância entre a academia, as entidades de organização da categoria e o conjunto dos profissionais, devendo aos profissionais criarem “pontes” que possibilitem o tráfego entre estes espaços e a possível efetivação do projeto profissional.

Sobre o hiato acadêmico Bressan (2009) analisou em sua pesquisa as dificuldades de efetivação do projeto desde o processo de formação profissional. A autora afirma que a expansão desmensurada das Instituições de Ensino Superior com conseqüente redução e flexibilização dos conteúdos éticos e filosóficos preconizados pelo projeto, prejudicam a assimilação, internalização e reprodução pelos estudantes de Serviço Social comprometendo a construção de profissionais capazes de pensar e refletir criticamente os aspectos sociais – futuro objeto de sua prática profissional. Entretanto, a autora não apresentou elementos necessários para configurar a construção da ponte onde os diversos conhecimentos produzidos e executados pelo Serviço Social possam transitar.

Entretanto, Oliveira (2002), em seu estudo sobre a compreensão dos Mestrados do curso de Serviço Social e Política Social, sobre o projeto ético político concluiu que os estudantes, em sua maioria, apreendem os princípios preconizados pelo constructo do Serviço Social, tendo-o como referência em suas intervenções profissionais ou acadêmicas. A conclusão apontada pelos estudos da autora, encontra

respaldo nas afirmações de lamamoto (1999) e Netto (2001), ao considerarem a importância de estudos e capacitações permanentes como pré-requisitos para consolidação e materialização da proposta profissional.

lamamoto (1999) afirma que o grande desafio para efetivação do projeto ético-político é torná-lo um guia exequível para o exercício profissional, o que exige dos profissionais um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sugerindo que os profissionais disponham, dentre outros atributos, de senso crítico sofisticado e de capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas a democratização social. Netto (2001) afirma por sua vez, que o projeto para ser efetivado implica num compromisso dos profissionais com a “competência” alicerçada no aperfeiçoamento intelectual permanente, viabilizada a partir de uma formação acadêmica qualificada com base em referenciais teórico-metodológico críticos e sólidos que sejam capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social.

Mendonça (2007), em sua dissertação sobre a relação entre o projeto e o exercício profissional, elaborou duas importantes hipóteses sobre as estratégias utilizadas pelos profissionais entrevistados para efetivação do projeto em sua prática cotidiana. A primeira hipótese levantada considera que frente às reais dificuldades/tensões presentes na prática, uma significativa parcela de assistentes sociais tende a manter o projeto no campo da subjetividade como um *dever* profissional.

A compreensão de subjetividade apresentada pela autora encontra-se relacionada às experiências íntimas, pessoais e inacessíveis (diferente da concepção atual de subjetividade que significa um processo dinâmico e relacional entre aspectos individuais e sociais) e tenta demonstrar que frente às tensões cotidianas, os profissionais tendem a manter o projeto numa dimensão desejante causando-lhes mal-estar pela antinomia entre aquilo que é vivido e o que é idealizado pelos Assistentes Sociais. Como estratégia de superação desta primeira suposição, a autora propõe uma reavaliação das estratégias político pedagógicas de discussão do projeto profissional visando sua consolidação qualitativa, tanto nos espaços de discussão acadêmica quanto nas instâncias de representação política da profissão.

A segunda hipótese levantada pela autora aponta sobre a forte tendência à homogeneização da forma de apropriação do projeto pela corporação profissional, ou seja, a negação da existência de uma cultura plural e histórica de posicionamentos, divergências, discussões e confrontos de ideias existentes no âmbito da profissão. Essa hipótese constata os acirrados questionamentos e divergências feitas por alguns segmentos profissionais, apoiados inclusive por outras categorias, que entendem esta homogeneização como uma imposição verticalizada dos grupos representantes das instâncias deliberativas e organizativas da profissão. O risco dessa tendência, segundo a autora, seria a legitimação tanto do autoritarismo quanto do dogmatismo, cujo discurso ao invés de contribuir com a legitimação e consolidação da vertente profissional crítica, tornar-se-ia bastante funcional à sua desqualificação política devido às inconsistências apresentadas.

A partir destas hipóteses, a autora levanta algumas possibilidades sobre a relação do Assistente Social com o projeto ético-político. Essa relação tenderia ou a formalidade devido ao entendimento da compulsoriedade de referenciar a prática pelo que está posto no código de ética e na lei de regulamentação profissional ou a uma relação de caráter político-estratégico mediante a compreensão de que os termos dessa normativa profissional carregam em si a condição de instrumentalidade que pode amparar o empreendimento de escolhas e atitudes ético-políticas direcionados a uma nova ordem social.

Outro importante hiato entre o projeto prescrito e a prática realizada é apontada por Brandão (2007) em seus estudos sobre as ameaças ao projeto ético político da profissão. A autora aponta a presença predominante de um modelo de ação profissão com características racional, técnico e instrumental em sobreposição a racionalidade ética política, gerando uma resignação dos profissionais ante os desígnios das instituições nas quais se encontram inseridos, denotando um desequilíbrio de poder nas relações entre atuação profissional e organizações empregadoras.

O tipo de Instituição empregadora também apresenta influências significativas sobre a efetivação do projeto. Em pesquisa realizada por Assis (2004) sobre o Serviço Social e o Terceiro Setor, a autora buscou compreender as transformações contemporâneas e seus rebatimentos para o Serviço Social, a

partir do novo campo de trabalho para estes profissionais em Organizações Não Governamentais. Os resultados apontaram que a perspectiva de concretização de direitos social viabilizados pela intervenção dos Assistentes Sociais, vem sendo amplamente substituída pela perspectiva de solidariedade e cooperação através da introdução do voluntariado filantropo.

Por sua vez, a atuação dos Assistentes Sociais em empresas privadas, foi caracterizada, segundo Seixas (2007), pela incorporação dos ideais da empresa como racionais e unicamente válidos pelos profissionais. A autora segue afirmando que a realidade cotidiana absorve os profissionais de tal maneira que não permitiria a estes perceberem as diferenças entre a ideologia do capital e a ideologia do projeto ético político. Finalizando seu trabalho, Seixas (2007) considera que esta relação apresenta-se dialeticamente tensionada onde os profissionais conviveriam ora legitimando a ideologia da empresa, ora tentando negá-la.

Por último, o trabalho de Brandão (2007), realizado com Assistentes Sociais que trabalham em organizações públicas, afirma que as intensas reformas administrativas promovidas pelo Estado, visando seu ajuste aos interesses neoliberais, têm ocasionado uma crescente desvalorização dos servidores públicos, com perdas de direitos sociais historicamente conquistados. Dessa forma a ação profissional neste espaço, vem sofrendo acentuadas interferências desses ajustes pró-neoliberais, constituindo uma prática dominada pela força dos aspectos racionais, legais e instrumentais, impostos pela organização.

A partir do exposto, pode-se inferir que a integração entre o dever ser do projeto profissional e sua implementação prática, independente da natureza da Instituição na qual o Assistente Social se apresenta vinculado, constitui um desafio cotidiano para os Assistentes Sociais comprometidos com este constructo. Trazer para o debate constante esses desafios e obstáculos presentes para sua efetivação torna-se imprescindível para não incorrer em transformá-lo numa proposta ideal ou um manual de boas intenções, abstraída da realidade social e histórica.

Possibilidades de efetivação do projeto

Diferente das conclusões descritas na seção anterior sobre as dificuldades de efetivação do projeto na atualidade, os resumos analisados para construção deste tópico apresentaram conclusões mais tímidas e generalistas sobre as possibilidades de efetivação do projeto no atual contexto sócio econômico. Curioso observar que apesar da descrição otimista dos trabalhos analisados sobre a importância e imprescindibilidade do projeto para o desenvolvimento profissional, as teses e dissertações analisadas apresentaram conclusões abrangentes sobre as possibilidades de efetivação, discutindo temas relacionados à liberdade, direitos humanos, cultura de paz, fundamentos e estratégias políticas, cidadania, mediação e protagonismo além de análise de outras produções teóricas sobre o tema. Ressaltamos ainda que os elementos de análise desse tópico foram extraídos, em sua maioria, das produções teóricas, uma vez que as produções empíricas apesar de reconhecerem sua importância, ativeram suas análises sobre os entraves do projeto, na prática cotidiana dos Assistentes Sociais.

Além da importância do debate constante para discutir os entraves à efetivação do projeto, conforme descrito anteriormente, é possível afirmar ainda que sua efetivação se encontra condicionada a um conjunto de intervenções profissionais, ainda que essa ocorra isoladamente no espaço institucional, ou conjuntamente nos espaços de discussão e deliberação profissional. O incentivo às ações socioeducativas, ideopolíticas bem como o desenvolvimento de um perfil profissional crítico e propositivo, são algumas possibilidades descritas nos trabalhos analisados para efetivação do projeto.

A compreensão do espaço de relativa autonomia presente na atuação do Assistente Social (IAMAMOTTO, 2009) consiste na existência de um espaço autônomo e independente, durante o exercício profissional, onde os assistentes sociais direcionam socialmente seu exercício e sua intervenção junto à clientela/usuário dos seus serviços. Em outras palavras, no momento do atendimento ou intervenção profissional, existe um poder técnico a ele legitimado que lhe permite direcionar suas ações de acordo com suas convicções profissionais. Este direcionamento torna-se possível tanto pela existência da

legislação específica do Serviço Social, que garantiria o exercício da prática conforme objetivos propostos pelos profissionais, desde que estes apresentem concordância com o arsenal normativo da profissão (mesmo apresentando-se divergentes dos objetivos institucionais), quanto pelas diversas possibilidades de manejo e intervenção sobre as questões sociais apresentadas pelos Assistentes Sociais neste espaço sigiloso e autônomo de atendimento social.

Abramides (2006), em sua tese de doutorado, considera que o projeto ético político pressupõe autonomia teórica e política de atuação profissional nas conquistas imediatas por direitos sociais e trabalhistas nas conquistas históricas, emancipação humana e desenvolvimento social. Sinaliza como exemplo das conquistas subsidiadas pelo projeto, as contribuições para o processo de redemocratização do país, a implementação de políticas públicas universalizantes além das contribuições atuais sobre as diversas questões sociais. Vasconcelos (2002), em seu livro *A prática do Serviço Social*, afirma que um dos grandes conflitos enfrentados pelos Assistentes Sociais na atualidade tem sido trabalhar demandas, pleitos, exigências imediatas – dor, sofrimento, a completa escassez, iminência de morte, da perda, da falta de condições de trabalho, condições de vida – sem perder a perspectiva de médio e longo prazo, ou seja, intervir sobre as demandas imediatas com a clareza que estas não resolvem as questões macro estruturais das origens dos problemas.

Oliveira (2002), por sua vez, sinaliza que a viabilização do projeto ocorre a partir da utilização de dois instrumentos: o código de ética profissional, norteador do exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, que estabelecem a direção sócio-política da formação profissional do Assistente Social no Brasil. A descrição desses instrumentos, mesmo se apresentando inespecíficos e pouco elucidativos sobre sua aplicação no cotidiano profissional se encontra explicitado também na dissertação de Peixoto (2008), ao afirmar que “uma prática profissional no Serviço Social que leve em conta a potencialidade política, jurídica e ética, prevista no Código de Ética, se constitui num importante elemento para ampliação do horizonte da emancipação social e política da sociedade” e nos estudos de Brandão (2007) que identificou nas falas dos entrevistados de sua pesquisa uma perspectiva de alteração do *status quo* por meio do fortalecimento da organização coletiva e da qualificação profissional, visando trabalhar em prol dos direitos de cidadania dos usuários.

As descrições acima confirmam uma tendência da literatura em Serviço Social em trabalhar com dimensões ampliadas para compreensão das atividades desenvolvidas, tornando-se, entretanto, incompreensível quanto à sua especificidade. Outro aspecto relacionado às ações dos Assistentes Sociais, refere-se à ausência de propriedades que permitam sua autodefinição, gerando assim lacunas e diversidades de compreensão, assimilação e execução por parte dos profissionais.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – principal entidade representativa da profissão, vem sendo também objeto de estudo, segundo teses e dissertações analisadas, devido importantes contribuições que este órgão vem oferecendo para compreender as potencialidades e efetividade do projeto. A partir dos estudos de Ramos (2005), que analisou o protagonismo do CFESS junto à reconstrução do projeto profissional, os resultados da pesquisa demonstraram que as propostas e ações dessa entidade, em parceria com outros segmentos coletivos, vêm ganhando materialidade através de duas frentes prioritárias: a primeira delas refere-se à dimensão ética e ressalta a participação dentre outras atividades, na coordenação do processo de discussão para a aprovação do Código de Ética de 1993 e a atuação na área de direitos humanos. Na segunda dimensão, estão elencadas as ações referentes às contribuições para elaboração das políticas públicas e do controle social. A autora registra também a contribuição do CFESS para o desenvolvimento da consciência política de pertencimento à classe trabalhadora dos profissionais, à aproximação madura com a teoria marxista, que expressam o processo de renovação da profissão, além de fomentar a vontade e intencionalidade dos sujeitos responsáveis pela construção da ação política profissional, ou seja, a ação dos sujeitos políticos organizados em torno da conformação do novo projeto profissional.

Ainda nessa linha, Martins (2009) pesquisou a importância da atuação das entidades representativas da profissão na constituição e consolidação da nova direção social e política do Serviço Social. Aponta que a partir da adoção do referencial marxista, ocorre uma maturidade intelectual e

política, promovendo assim um redirecionamento em seus fundamentos ontológicos e a rearticulação dos rumos da profissão para um projeto profissional crítico identificando no movimento contraditório da sociedade as forças ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas impulsionadoras das mudanças sociais.

Importante contribuição sobre a possibilidade de transformação dos princípios do projeto em ações metodologicamente definidas é apresentada por Lima (2006) em sua dissertação – As ações socioeducativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica. Neste trabalho, a autora realizou um estudo exploratório-descritivo sobre a intervenção profissional dos Assistentes Sociais, particularmente sobre as ações socioeducativas, a partir da análise da produção bibliográfica no período de 1993 a 2005.

O ponto de partida do estudo refere-se ao reconhecimento da necessidade de materialização do projeto profissional, através da qualificação do debate teórico-metodológico visando garantir competência técnico-operativa das ações profissionais. A proposta do trabalho buscou promover interlocução entre os Assistentes Sociais, a qualificação técnico-operativa das ações profissionais e uma discussão teórica que legitime e materialize os valores contidos no projeto ético-político.

As ações socioeducativas compreendem, segundo a autora, um processo de intervenção profissional com finalidades, objetivos, procedimentos definidos e legitimados teoricamente. A contribuição dessas ações para o processo de materialização do projeto dependeria da coerência das escolhas técnico-operativas acionadas pelo Assistente Social. A concepção do significado de ações sócio educativas mudaria o sentido das ações segundo o entendimento que se tem a respeito do que é educar, para quem e com qual finalidade. Para tanto, sugere que ao assumir o paradigma crítico-dialético como orientador das ações educativas o profissional deve enfrentar o desafio de concretizar suas propostas, respondendo coletivamente às questões colocadas pela realidade. Pode-se beneficiar também das bases gramsciana, do *empowerment* e a proposta freiriana, identificadas como as principais tendências que podem contribuir no aprofundamento de reflexões sobre a intervenção profissional/ações sócio-educativas.

Apesar das conclusões generalistas que o material coletado apresentou sobre as potencialidades do projeto ético político, é possível considerar que, apesar de todos os obstáculos existentes e persistentes na atualidade, o Serviço Social vem conseguindo uma inserção e relativa legitimação (ainda que ambíguas) na divisão social do trabalho. Através das instituições onde os profissionais se encontram inseridos, desenvolvem ações socioeducativas e assistenciais (tanto no atendimento direto aos usuários quanto assumindo posições de gestão e planejamento) visando atender as demandas e necessidades sociais de seus usuários e assim produzir resultados concretos nas diversas dimensões da vida destes sujeitos. Observou-se também que o constructo do Projeto Ético Político deve ser compreendido como construções coletivas que permitem a produção de determinadas direcionalidades profissionais que envolvem valores, compromissos sociais e princípios que poderão ser efetivados satisfatoriamente a partir de uma permanente discussão e aceitação das diversas possibilidades de atuação e intervenção pelos profissionais.

Considerações finais

O Projeto Ético Político do Serviço Social, configurado há trinta anos, representa um renascimento da profissão no Brasil, cujas orientações teóricas, técnicas e éticas adotadas objetivavam intervir nas questões sociais brasileiras visando sua transformação social. Entretanto, o acentuado militância e ativismo político na profissão em sobreposição ao seu desenvolvimento teórico e científico, além das condições macro estruturais desfavoráveis são alguns dos “efeitos colaterais” apresentados pela adesão verticalizada e irrefletida ao projeto, que repercutem até a atualidade.

Observamos uma visão diferenciada sobre o projeto profissional entre publicações teóricas e as publicações empíricas. Os primeiros demonstram um acentuado otimismo ao projeto, mesmo

reconhecendo os entraves postos pelas questões macro estruturais. Enfatizam a responsabilidade por sua efetivação ao profissional de intervenção, requerendo destes, atributos como senso crítico sofisticado, capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas a democratização social ou ainda um compromisso profissional baseado na competência, aperfeiçoamento intelectual, esforços radicais, sem relacionar, entretanto, este tipo ideal de profissionais ao tipo real da prática.

A efetividade do projeto é ainda justificada tanto pelas conquistas imediatas nas mediações de direitos sociais e trabalhistas, quanto pelas conquistas históricas de participação nas políticas públicas e no controle social. A intensa participação no processo de redemocratização do país e nos direcionamentos teóricos, metodológicos e éticos da profissão, são outros pontos considerados importantes para a consolidação e efetividade do projeto.

As análises das publicações apontaram também que as ações socioeducativas constituem-se importante estratégia de intervenção profissional. Estas compreendem um poderoso instrumento interventivo, desde que definida as finalidades, objetivos e procedimentos teóricos adotados. Entretanto, sua efetividade encontra-se atrelada à coerência das escolhas técnico-operativas acionadas pelo profissional, sendo sugerida pelos autores a utilização do paradigma crítico-dialético, como referencial mais apropriador para materialização do projeto.

Já o segundo tipo de publicação – trabalhos empíricos – direcionaram suas análises para as dificuldades apresentadas pela prática cotidiana, o que inviabilizaria a consolidação dos objetivos do projeto à contento. Ficou evidenciado que tanto as condições de trabalho do Assistente Social, caracterizados pela instabilidade do emprego, precárias garantias legais e baixos níveis salariais, quanto o processo de profissionalização do Serviço Social, marcado pela imprecisão conceitual, inexistência de um corpo de conhecimento específico, falta de atributos específicos e inteligíveis da profissão, comprometem não só a efetivação dos princípios estabelecidos no projeto, como a própria efetivação dos objetivos profissionais.

Transformar este projeto em instrumento efetivo e exequível para o exercício profissional permanece um movimento dicotômico no interior da profissão, conforme publicações analisadas. Transformá-lo em movimento dialético é um desafio a ser superado, quiçá, com a configuração de uma ponte alicerçada em referenciais teóricos e metodológicos que legitimem o trânsito das questões práticas e éticas.

Por último, faz-se necessário registrar que esse trabalho, apesar do objetivo proposto em analisar os entraves e possibilidades à efetivação do projeto ético político do Serviço Social, apresenta algumas limitações que pôde, em alguns momentos, ter limitado a análise das informações construídas, sendo necessário, portanto, outros estudos que possam continuar as discussões ora iniciadas.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético-político profissional do Serviço Social*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.
- AMORIN A. G. (Org.). *Precarização e condições de trabalho do assistente social no contexto contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social UFAL, 2008.
- ASSIS, R. L. M. *Serviço Social e Terceiro Setor na construção e (des)construção do projeto ético-político profissional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- BARATA, J. T. Da barbárie ao paraíso. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.
- BRANDAO, T. B. *Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político da profissão*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2007.
- BRESSAN, C. M. F. *Formação, emancipação humana e o Projeto Ético Político do Serviço Social*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, Minas Gerais 2009.
- CARDOSO, P. F. G. *A hegemonia do projeto profissional na década de 90: questionar é preciso, aderir (não) é preciso*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999
- CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Resolução CFESS 273/1993. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2009.

- DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GUERRA, Y. A “virada” do Serviço Social. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *Serviço Social e Saúde*. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. 1999.
- LIMA, T. C. S. *As ações socioeducativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006
- LOPES, J. B. Os desafios, 30 anos depois: *Revista Inscrita*, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.
- MARTINS, O. L. *O projeto ético político do Serviço Social: um processo de construção e direção social da vertente intenção de ruptura*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MENDONÇA, D. B. A. *Projeto Ético-Político e Exercício Profissional: o que se tem a dizer da atualidade dessa relação?* Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, *Serviço Social e Saúde*, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001
- OLIVEIRA, M. T. *As expressões e manifestações sobre o projeto ético político do Serviço Social no processo de trabalho do Assistente Social – Atuação do CRESS – 11ª. Região*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2002.
- OLIVEIRA, S. B. *As interfaces do projeto ético-político do Serviço Social com a cultura de paz*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- PEIXOTO, V. B. *Projeto profissional do Serviço Social: as expressões da dimensão ético-político no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
- RAMOS, S. R. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal do Serviço Social*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- SEIXAS, S. S. A. *As expressões do projeto ético político profissional do Serviço Social e as particularidades do trabalho em empresa privada*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb. 2009.
- VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social*. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.